



POLÍTICAS PÚBLICAS DE TURISMO E CULTURA EM CURITIBA/PR: UMA ANÁLISE DA INTERAÇÃO NA IMPLEMENTAÇÃO

TOURISM AND CULTURE PUBLIC POLICIES IN CURITIBA/PR: AN ANALYSIS OF THE INTERACTION DURING THE IMPLEMENTATION

Eduarda Cividini Pagnussat¹

Resumo: O presente artigo possui o objetivo de analisar a interação das políticas públicas de turismo e de cultura da cidade de Curitiba/PR na etapa de implementação do ciclo de políticas públicas. A natureza da pesquisa é qualitativa e ela se constituiu de pesquisa bibliográfica, documental e aplicação de entrevista. Como resultado, verifica-se que a interação na implementação ocorre pela organização de eventos, de roteiros culturais e do manejo da produção associada e é influenciada por três variáveis principais: as características dos planos, a organização do aparato administrativo e as concepções e ideias dos agentes.

Palavras chave: Turismo; cultura; políticas públicas.

Abstract: The objective of the present article is to analyse the interaction of tourism policies and cultural policies in Curitiba/PR in the implementation step of the policy cycle. The nature of the research is qualitative. It was composed of bibliographical and documental research and an interview was conducted. The results show that said interaction occurs via the organization of events, cultural itineraries in the city and the management of associate production such as souvenirs and handicraft goods and it is influenced by three main variables: the characteristics of the plans, the organization of public administration and the ideas of the agents.

Keywords: Tourism; culture; public policies.

INTRODUÇÃO

Através de diversos estudos que procuram entender a ligação entre turismo e cultura, mostra-se evidente que a relação entre ambos é algo inerente e fundamental para a atividade turística. Isso pode ser benéfico e produtivo para ambos os setores, no sentido em que o turismo se torna um multiplicador de experiências e intercâmbios, agregando às experiências de um destino cultural. Essa relação é, portanto, refletida no campo das políticas públicas de turismo e de cultura, tanto na formulação quanto na implementação das mesmas.

De acordo com o ciclo de políticas públicas, entende-se que a etapa de formulação é a etapa na qual os planos são estruturados, determinando metas e estabelecendo objetivos para uma política pública. Na implementação estes são postos em prática e sofrem interferência de

¹ Graduanda de Turismo da Universidade Federal do Paraná. Email: cividinieduarda@gmail.com

fatores inerentes ao plano em si, bem como de fatores externos que influenciam a forma como a política será implementada.

Em seu estudo, Abreu et al. (2019) delimitaram variáveis que permitiram mapear o nível de interação das políticas públicas de turismo e cultura analisando os planos de turismo e cultura nos âmbitos nacional, estadual (Paraná) e municipal (Curitiba). Os autores constaram que há um nível maior de interação entre os planos da esfera municipal de Curitiba - PR do que há em um âmbito nacional. Assim, essa pesquisa terá como objeto a cidade de Curitiba.

Considerando que há um alto nível de interação nos planos municipais de turismo e cultura de Curitiba, surge a problemática: como acontece a implementação da interação das políticas públicas de turismo e cultura? Quais são os fatores, externos e internos, que influenciam na interação desses dois setores dentro da etapa de implementação? Assim, o objetivo desse artigo é analisar a implementação das políticas públicas de turismo e de cultura na cidade de Curitiba/PR a partir de pesquisa bibliográfica, de análise documental dos planos municipais de turismo e cultura e da aplicação de entrevista semiestruturada com um agente do Instituto Municipal de Turismo. Metodologicamente, a pesquisa se caracteriza como qualitativa.

TURISMO, CULTURA E POLÍTICAS PÚBLICAS

Turismo pode ser entendido como um fenômeno cultural, social e econômico que implica no movimento de pessoas para fora de seu ambiente usual por motivos pessoais ou a negócio (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO - OMT, 2008). A atividade turística, especialmente nas últimas décadas, vem chamando atenção devido ao seu potencial de gerar renda, trazer crescimento econômico e movimentar bens e serviços (PIMENTEL; PIMENTEL; VIDAL, 2017). Desta maneira, o turismo passa a ser objeto das políticas públicas, que buscam delimitar estratégias para o planejamento e gestão da atividade.

Para Saravia (2007), política pública é um fluxo de decisões públicas que visa manter o equilíbrio social ou introduzir desequilíbrios cuja finalidade seja modificar essa realidade. Souza (2006) resume política pública como “o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, ‘colocar o governo em ação’ e/ou analisar essa ação” (SOUZA, 2006). Birkland

(2015) pontua que as políticas públicas englobam não só o que um governo faz, mas também o que escolhe não fazer.

Para Weible, o processo das políticas públicas é melhor imaginado como um fenômeno complexo de contínuas interações envolvendo políticas públicas e seu contexto, eventos, atores e resultados (WEIBLE, 2014, p. 391). Desse modo, considera-se a política pública como sendo parte de um ciclo que consiste das etapas de definição de agenda, formulação, implementação e avaliação (SOUZA, 2006; ABREU et al., 2019; GOMES, 2015). Assim, a análise das políticas públicas deve levar em consideração o ciclo das políticas públicas, mas também as interações que sofrem dentro de contextos específicos (GOMES, 2018), que terão impacto tanto na formulação de uma política quanto em sua implementação.

Entende-se a fase de formulação como o estágio no qual governos traduzem seus propósitos e plataformas em programas e ações que permitirão resultados ou mudanças, o que é expresso em geral por meio de planos e programas. Na fase da implementação, a política pública será posta em prática, trazendo resultados que podem ser positivos ou negativos, mas que irão gerar algum tipo de resultado (LIMA; D'ASCENZI, 2013).

Similarmente ao macro das políticas públicas, a implementação consiste de um processo dinâmico que é permeado por diversos agentes que interagem e se confrontam, suscetíveis a influências internas e externas que refletirão na forma como o plano será implementado e nos resultados a serem obtidos (HILL, 2005). Dessa forma, fatores como elementos relacionais, de comunicação, interpretação e de construção das estratégias de implementação exercem uma influência direta nesse processo (GUSTO; RIBEIRO, 2019).

Existem duas abordagens na literatura quanto à implementação de políticas públicas: a que é conhecida como *top down* e a conhecida como *bottom up* (HILL, 2005). Pode-se dizer, em síntese, que a primeira considera como variável principal para a implementação de uma política as normas que a estruturam, enquanto a segunda enfatiza os contextos de ação que permeiam a implementação da mesma (LIMA; D'ASCENZI, 2013). A partir de uma revisão dos modelos *top down* e *bottom up*, Lima e D'Ascenzi (2013) propõem que, ao analisar a implementação de políticas públicas, deve-se levar em consideração três variáveis principais: as características do plano, a organização do aparato administrativo e os valores e concepções, ou seja, ideias, dos agentes (LIMA; D'ASCENZI, 2013).

No turismo no Brasil, bem como em outros setores de políticas públicas, a formulação possui um impacto direto na maneira como ela é implementada. Para Pimentel, Pimentel e Vidal,

é possível considerar que a política de turismo brasileira, pelo modo como é formulada, pode tornar o setor suscetível a problemas como o distanciamento entre formulação e implementação, que pode se desdobrar em dificuldades para tornar as propostas efetivas; ou a baixa legitimidade da legislação, devido ao próprio distanciamento entre as escalas territoriais (federal x municipal, por exemplo), que pode resultar em pouca aderência empírica. (PIMENTEL, PIMENTEL E VIDAL, 2017, p. 303)

Para Gomes (2018), as políticas públicas de turismo pautam-se na interação dos agentes do setor público com o privado, em especial com os empresários de turismo, que possuem interesses por vezes conflitantes, por vezes cooperativos. Dentre as principais características das políticas públicas de turismo no Brasil, destaca-se a descentralização do turismo por meio da política de regionalização, de modo que o Plano Nacional delimita não somente a atuação do governo federal, mas serve de referência para a implementação de políticas públicas em âmbitos estaduais e municipais (PIMENTEL; PIMENTEL; VIDAL, 2017).

Como parte dos segmentos trabalhados pelas políticas públicas de turismo está o turismo cultural, que está presente nas sociedades desde a época das *grand tours* - as viagens dos nobres pela Europa moderna, em meados do século XVIII (SALGUEIRO, 2002) - e se apresenta como uma das principais motivações para viagens ao redor do mundo até os dias de hoje. Desde àquela época, o patrimônio cultural dos destinos era algo que merecesse ser visto e apreciado. Nos dias de hoje, o patrimônio é tema indispensável quando se fala de turismo cultural (ABREU et al., 2019). No Brasil, patrimônio cultural é definido no Artigo 210 da Constituição Federal de 1988 como “os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira” (BRASIL, 1988). Esses bens e sua preservação são objeto, então, das políticas públicas de cultura. Portanto, o turismo e a cultura interagem uma vez que o viajante se desloca motivado essencialmente por aprender, descobrir, experienciar e consumir os produtos e atrações culturais tangíveis e intangíveis de um destino, dando assim origem ao turismo cultural (OMT, 2017).

Conforme evidenciado por Corá (2014), as políticas públicas culturais inicialmente se

preocupavam principalmente com os aspectos tangíveis do patrimônio, conforme verificado pelas agendas iniciais do IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional). Com o passar do tempo, o foco das políticas de cultura passou a contemplar também o patrimônio intangível, culminando no Programa Nacional do Patrimônio Imaterial através do Decreto nº 3.551, em 4 de agosto de 2000 (CORÁ, 2014).

Para Anico (2005), o novo contexto global acata em uma conjuntura social pautada na ausência de continuidade, estabilidade e identidade, o que atribui ao patrimônio, e à memória a ele atrelado, um valor de nostalgia e de apego. Essa ressignificação reflete no turismo cultural, que se apropria do valor nostálgico do patrimônio para então transformar aspectos tangíveis e intangíveis em um atrativo turístico, conforme discutido anteriormente.

Nesse sentido, o desenvolvimento do turismo cultural deve se dar, conforme destaca Neves (2019), de uma maneira que respeite as individualidades, as tradições e as peculiaridades de uma população local, evitando que esse segmento se torne uma força destruturadora dos aspectos culturais. As políticas públicas de turismo e de cultura possuem, então, uma relação intrínseca (ABREU et al., 2019; ZADEL; BOGDAN, 2013). A interação entre essas duas áreas de políticas públicas tão próximas será analisada nas seções seguintes.

METODOLOGIA

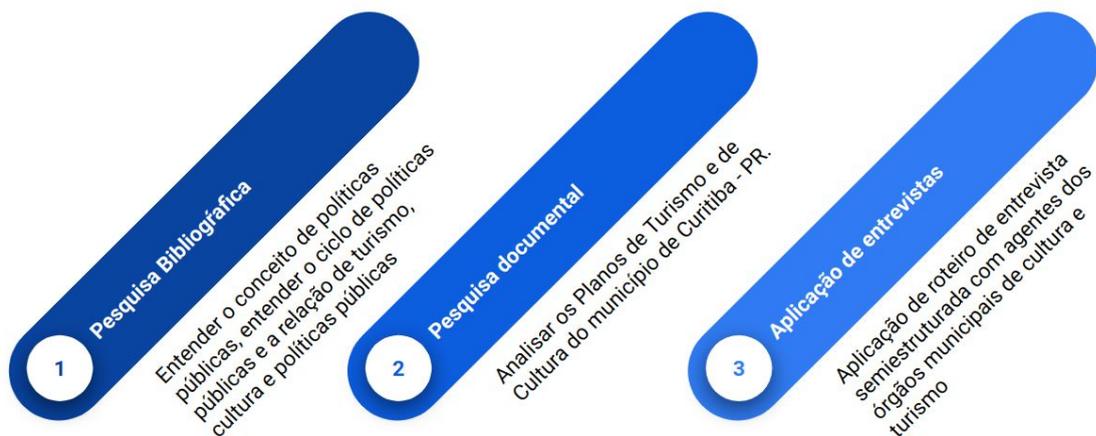
Para esse trabalho, foi realizada uma pesquisa de caráter qualitativo. Nessa abordagem, o pesquisador procura significados ocultos e um entendimento do tema a ser pesquisado após a coleta dos dados (VEAL, 2011). Para Veal (2011), a pesquisa qualitativa exige uma abordagem mais flexível, permitindo maiores adaptações durante o decorrer da pesquisa e envolvendo um relacionamento mais dinâmico entre os diferentes elementos da mesma.

A coleta de dados se deu em três momentos. Para a primeira etapa, foi realizada uma pesquisa bibliográfica sobre os temas políticas públicas, turismo e cultura, a fim de entender sobre os conceitos das mesmas e suas interações. Para Gil (2002), a pesquisa bibliográfica possibilita o acesso a uma gama de informações muito mais ampla do que a que poderia ser pesquisada diretamente e com uma fundamentação que já passou por análises prévias.

Em seguida, foi realizada uma pesquisa documental (GIL, 2002) utilizando o Plano Municipal de Cultura de Curitiba 2015-2025 e o Plano Municipal de Turismo de Curitiba 2015-2017. A pesquisa documental permite contato direto com informações que não poderiam ser obtidas de outras maneiras (GIL, 2002). Nesse caso, a pesquisa documental possibilitou entender as características da interação dos termos turismo e cultura nos planos, de acordo com a metodologia estabelecida por Abreu et al. (2019).

Por fim, foi realizada uma entrevista com um agente do Instituto Municipal de Turismo, Entrevistado A. A entrevista, que durou cerca de uma hora, foi dividida em duas partes principais: 12 perguntas de escala Likert (BOONE; BOONE, 2012) utilizando uma escala de 1 a 5, sendo 1 não implementado e 5 implementado totalmente, abordando diretamente pontos mencionados nos planos de turismo e de cultura; e em seguida uma aplicação de um roteiro de entrevista semiestruturado sobre os temas de políticas públicas de turismo e cultura. A entrevista realizada pode ser caracterizada como uma entrevista em profundidade, que segundo Veal (2011) procura investigar o objeto de maneira mais profunda e é geralmente conduzida com um número menor de sujeitos. A entrevista profunda tende a durar mais de trinta minutos e é guiada por um roteiro de tópicos, em detrimento de um questionário formal (VEAL, 2011).

Figura 1 - Metodologia da pesquisa.



Fonte: A autora (2019).

Os dados foram analisados através de três variáveis de análise da implementação delimitadas a partir da bibliografia. São elas: características do plano, configuração do aparato administrativo e concepção dos agentes (LIMA; D'ASCENZI, 2013). Essas variáveis foram

adaptadas para os temas de turismo e cultura. Assim, procurou-se encontrar, nos dados obtidos, características dessas categorias, a fim de entender qualitativamente a influência de cada um desses fatores no objeto de estudo.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A partir da análise dos planos de turismo e cultura, percebeu-se que, apesar dos planos de turismo e cultura de Curitiba apresentarem um alto nível de interação (Abreu et al., 2019), eles abordam a interação entre cultura e turismo de maneiras diferentes. Enquanto o PMT menciona a cultura de maneira menos concentrada, abordando o assunto em diferentes seções, o PMC possui uma sessão de metas mais detalhadas e específicas com relação ao turismo. Elas se assemelham, no entanto, nos temas abordados. Na Figura 2, são destacadas as principais características da interação turismo-cultura encontradas nos planos e de que maneira esses dois setores se encontram.

Figura 2 - Característica dos Planos



Fonte: Elaboração própria (2019).

Os temas eventos culturais, artesanato e feiras culturais e roteiros culturais foram apontados pelo Entrevistado A quando questionado sobre quais eram os principais temas abordados na interação do FCC com o IMT. Os eventos aparecem como principal fomentador do turismo cultural na cidade, tanto no PMT quanto no PMC, e também são mencionados dessa maneira pelo entrevistado. Quanto ao artesanato, aparece como um produto de valor cultural que representa a cidade de Curitiba. Ambos os planos, PMC e PMT, mencionam a capacitação de artesãos a fim de valorizar e garantir a autenticidade cultural dos artesanatos dentro do âmbito turístico, ponto que também é abordado pelo Entrevistado A. Há, ainda,

menções em ambos os planos à criação de roteiros por atrativos culturais, abordando questões como o patrimônio cultural e localidades étnicas da cidade. De maneira similar aos outros temas, esses roteiros são mencionados pelo Entrevistado A, que os colocou como um ponto forte da interação entre os órgãos de turismo e cultura.

Adicionalmente, o Entrevistado A mencionou questões de necessidades de logística, como o uso de recursos humanos de um instituto para o outro, bem como o uso de equipamentos públicos como características dessa interação, coisa que não está prevista explicitamente nos planos, configurando-se como uma necessidade prática da etapa de implementação.

Quanto às ideias e concepções dos agentes, nota-se que há uma valorização da interação das políticas públicas e de cultura, de maneira que há uma inclinação favorável a essa interação na implementação das políticas públicas. Para o Entrevistado A, essa interação é importante porque o turismo “bebe da fonte da cultura”. Ainda segundo o agente, a relação entre os órgãos IMT e FCC é boa justamente porque há um entendimento comum da importância dessas interações para o desenvolvimento mútuo.

Ao ser questionado sobre quais as principais dificuldades enfrentadas para essa interação, o agente mencionou questões estruturais internas:

Começa pela questão orçamentária. A gente não dispõe de grandes recursos, então muitas coisas a gente tem desenvolvido por meio de parcerias público-privadas [...]. A questão de equipe, que a gente não tem ainda uma equipe grande como outras secretarias mais consolidadas na cidade [...] Se você não tem uma equipe grande, você acaba tendo que priorizar determinadas ações [...] (ENTREVISTADO A).

Nota-se, a partir disso, a influência da organização administrativa dos órgãos municipais na implementação das políticas públicas. Questões estruturais e de agenda do executivo, conforme mencionado pelo entrevistado, dificultam a execução de projetos culturais e definem prioridades cujos implementadores de políticas estão condicionados a seguirem, o que delimita a forma como essas políticas serão abordadas. Como exemplo, o agente mencionou o Natal de Curitiba:

[...] por exemplo, uma vez que há um direcionamento do executivo para que o Instituto seja um protagonista na organização do Natal, a gente acaba priorizando durante uma época do ano essas ações, e aí talvez não priorize tanto outras ações culturais que poderiam existir. [...] Às vezes, as coisas não caminham tão rápido como a gente gostaria porque as pessoas estão desenvolvendo várias ações em paralelo, então a mesma pessoa acaba tendo que desenvolver diversas outras atividades e em função disso a gente acaba não tendo um desenvolvimento tão bom quanto a gente gostaria (ENTREVISTADO A).

A configuração do aparato administrativo, especialmente do Instituto Municipal de Turismo, é apontado então como uma questão principal a ser observada.

Dessa maneira, é possível afirmar que a interação das políticas públicas de turismo e cultura no âmbito da implementação é delimitada e influenciada por três principais fatores: as características dos planos municipais de turismo e cultura; a administração de estruturação dos órgãos de turismo e de cultura; e as ideias e concepções dos agentes que deles fazem parte. Em Curitiba isso se dá, respectivamente, pelas características do Plano Municipal de Cultura de Curitiba 2015-2025 (PMC) e Plano Municipal de Turismo de Curitiba 2015-2017 (PMT); pela organização de seus órgãos oficiais, a Fundação Cultural de Curitiba (FCC) e o Instituto Municipal de Turismo (IMT); e pelas ideias e concepções dos agentes que os compõem.

No caso de Curitiba, a variável que pode ser identificada como um maior fator de influência na implementação de políticas públicas para o turismo cultural é a organização do aparato administrativo, por meio da disponibilização de recursos financeiros e humanos e as prioridades colocadas por questões externas às vontades dos agentes, mas que ainda se encaixam com aquilo estabelecido nos planos. No entanto, todas elas se mesclam e exercem influência conjunta na implementação, determinando o caminho que será tomado pelos agentes de implementação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É notável que as políticas públicas, em todas as suas etapas, sofrem influências externas e internas que irão determinar o andamento de sua implementação e, conseqüentemente, no resultado a ser obtido. Nesse sentido, esse artigo procurou entender quais dessas influências são exercidas no processo de interação de políticas públicas de turismo e de cultura em Curitiba/PR e como elas influenciam a implementação dessas políticas, considerando o alto nível de interação turismo-cultura nos planos municipais (ABREU ET AL., 2019).

A interação na implementação de políticas públicas de turismo e de cultura em Curitiba se dá principalmente pela realização de eventos, criação e execução de roteiros culturais e no manejo da produção de artesanatos. Essa interação também está pautada em

questões estruturais e físicas, como a utilização dos equipamentos públicos e o empréstimo de recursos diversos de um órgão para o outro.

A maior influência exercida na implementação na cidade é a configuração administrativa que rege o Instituto Municipal de Turismo e a Fundação Cultural de Curitiba. Isso acontece porque esses órgãos, apesar das interações previstas nos planos que os regem e da vontade dos agentes, estão suscetíveis à agenda determinada pelo executivo, que não necessariamente possui as mesmas prioridades daquelas que são almejadas pelos agentes. Assim, questões de recursos financeiros e humanos tornam-se um impedimento para a autonomia dos agentes e dos órgãos e, conseqüentemente, para a implementação de políticas públicas que abordem o turismo cultural de maneira mais específica e dialogada.

Por fim, podemos concluir que a implementação de políticas públicas de turismo e cultura não depende somente de planos que levem em consideração ambos os setores em conjunto, mas de uma agenda que entenda as demandas do segmento de turismo cultural e sua importância para o desenvolvimento turístico e a preservação cultural de maneira sustentável, garantindo recursos humanos e financeiros aos órgãos implementadores.

Um fator limitante para a pesquisa foi a não-realização de entrevista com agentes da Fundação Cultural de Curitiba devido a questões de tempo e disponibilidade, o que faz com que as visões desses agentes só tenham sido analisadas de maneira indireta de acordo com os dados obtidos via Entrevistado A. Por esse motivo, a escala Likert, mencionada na metodologia, não foi usada diretamente nos resultados; sem parâmetros para comparação das escalas, os comentários do entrevistado sobre as perguntas foram mais relevantes do que o número escolhido pelo mesmo para representar a implementação de cada ponto abordado. No entanto, essa limitação abre margem para a expansão do presente estudo em pesquisas futuras, que foquem mais no aspecto cultural das interações aqui abordadas.

Recomenda-se, para futuras pesquisas, abordar com mais profundidade cada uma das variáveis apontadas no estudo, buscando entender fatores específicos de cada um. Também recomenda-se a aplicação desse estudo em diferentes âmbitos, bem como a análise do impacto das políticas de turismo e cultura no turismo cultural no âmbito da avaliação. Busca-se, como implicação desse estudo, que os formuladores e implementadores de políticas públicas obtenham maior entendimento quanto à importância da implementação de políticas públicas que fortaleçam, de maneira enriquecedora, o turismo cultural, contribuindo para o diálogo

entre as diferentes facetas do setor público e para um desenvolvimento que agregue benefícios tanto ao turismo quanto à cultura.

REFERÊNCIAS

ABREU, M. T. de et al. Políticas públicas de turismo y de cultura en Brasil: un análisis comparado de planos de la esfera nacional, regional y municipal. **ROTUR. Revista de ocio y turismo**, v. 13, n. 2, p. 57-67, 2019.

ANICO, M. A pós-modernização da cultura: patrimônio e museus na contemporaneidade. **Horizontes Antropológicos**, vol. 11, no. 23, p. 71–86, 2005.

BIRKLAND, T. A. **An introduction to the policy process: Theories, concepts, and models of public policy making**. Routledge, 2015.

BOONE, H. N.; BOONE, D. A. Analyzing likert data. **Journal of extension**, v. 50, n. 2, p. 1-5, 2012.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>.

CORÁ, M. A. J.. Políticas públicas culturais no Brasil: dos patrimônios materiais aos imateriais. **Revista de Administração Pública**, vol. 48, no. 5, p. 1093–1112, 2014.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo, v. 5, n. 61, p. 16-17, 2002.

GOMES, B. M. A. **Políticas Públicas de Turismo: interação empresários-setor público em Curitiba sob a ótica institucional**. 2015. 203 f. Tese (Doutorado) - Curso de Pós-graduação em Políticas Públicas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2015.

_____. **Políticas Públicas de Turismo e os Empresários**. São Paulo: All Print Editora, 2018.

GUSTO, S. M. N. Di; RIBEIRO, V. M. Implementação de Políticas Públicas: conceito e principais fatores intervenientes. **Revista de Estudios Teóricos y Epistemológicos en Política Educativa**, vol. 4, p. 1–10, 2019.

HILL, M. J. **The Public Policy Process**. Inglaterra: Pearson Education, 2005.

LANZARINI, R.; BARRETO, M. Políticas Públicas no Brasil para um Turismo Responsável. **Revista Turismo - Visão e Ação**, v.16, n. 1, 2014.

LIMA, L. L.; D'ASCENZI, L. Implementação de políticas públicas: perspectivas analíticas. **Revista de Sociologia e Política**, v. 21, n. 48, p. 101-110, 2013.



ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO (OMT). **Understanding Tourism: Basic Glossary**. 2008. Disponível em: <<https://bit.ly/2MFTTOT>>. Acesso em: 16 jun. 2018.

PIMENTEL, T. D.; PIMENTEL, M. P. C.; VIDAL, J. P. Políticas públicas de turismo numa perspectiva normativa comparada: os casos de Brasil e Espanha. **PASOS Revista de turismo y patrimonio cultural**, v. 15, n. 2, p. 293–310, 2017.

SALGUEIRO, V. Grand Tour: uma contribuição à história do viajar por prazer e por amor à cultura. **Revista Brasileira de História**, vol. 22, no. 44, p. 289–310, 2002.

SARAVIA, E. Política pública: dos clássicos às modernas abordagens. In: SARAVIA, Enrique; FERRAREZI, Elisabete (org.). **Políticas públicas**. Brasília: ENAP, v. 1, 2006.

SOUZA, C. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, v. 8, n. 16, 2006.

WEIBLE, C. M. Advancing Policy Process Research. In: SABATIER, Paul A.; WEIBLE, Christopher M. **Theories of the policy process**. Colorado: Westview Press, 2014.

ZADEL, Z; BOGDAN, S. Economic Impact of Cultural Tourism. **UTMS Journal of Economics**, Skopje, v. 4, n. 3, p. 355-366, out./2013.